



PENSANDO ÁFRICAS
E SUAS DIÁSPORAS
NEABI – UFOP

Pensando Áfricas e suas diásporas

www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricanas

NEABI – UFOP - Mariana/MG

Vol. 01 N. 01 – jan/jun 2015

Anais do III Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas - parte 1

Questão racial e a prática profissional do assistente social: Uma interlocução necessária

Isis Silva Roza

Jussara de Cássia Soares Lopes

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade apresentar reflexões e direcionamentos no debate acerca da questão racial e suas repercussões no exercício profissional do assistente social. Para tanto, é realizada uma articulação dos aspectos que marcam a contemporaneidade com a realidade da população negra, no contexto brasileiro. Posteriormente, apresentam-se as possibilidades de diálogo e interlocução com a questão racial na profissão do assistente social, bem como algumas estratégias de atuação em consonância com o nosso projeto profissional. Assim, a expectativa é de que o trabalho venha somar-se aos estudos acerca das relações étnico-raciais no âmbito do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Questão racial, contemporaneidade, Brasil, Serviço Social

ABSTRACT: This article aims to present reflections and directions in the debate about the racial issue and its repercussions on the professional practice of the social worker. For that, an articulation of the aspects that mark the contemporaneity with the reality of the black population in the Brazilian context is carried out. Subsequently, we present the possibilities of dialogue and dialogue with the racial question in the profession of the social worker, as well as some strategies to act in accordance with our professional project. Thus, the expectation is that the work will be added to the studies on ethnic-racial relations in the scope of Social Work.

KEY-WORDS: Racial question, contemporaneity, Brazil, Social work

INTRODUÇÃO

O debate sobre as relações raciais no Brasil tornou-se pauta da política brasileira nos últimos anos, consolidando-se também objeto de estudo de muitos trabalhos acadêmicos.

[1/12]

*Questão racial e a prática profissional do assistente social:
Uma interlocução necessária* • ROZA, Isis Silva. LOPES, Jussara de Cássia Soares

Desse modo, a questão tem-se firmado, aos poucos, como tema de reflexão e debates para alguns intelectuais e para os movimentos sociais que pressionam o governo a incluí-lo na agenda governamental. Isso ocorre porque o Brasil está inserido em um quadro de permanência das desigualdades raciais, no qual a participação diferenciada entre brancos e negros nos vários espaços da vida social, acabam se naturalizando.

No âmbito do Serviço Social, ainda que os estudos sobre a questão racial também tenham aumentado, consideramos que a reflexão ainda permanece na marginalidade da formação profissional, e cujo rebatimento é nítido na prática profissional do assistente social. Estudos como os de Fonseca e Tavares já constatarem os impactos da pouca reflexão acerca dessa temática, tanto na formação quanto na profissão.

Dessa forma, o presente estudo visa refletir sobre a contemporaneidade, com ênfase na realidade brasileira, articulando o debate acerca das relações étnico raciais nesse contexto e, assim, os rebatimentos no exercício profissional do assistente social.

Partimos do entendimento de que, sendo a questão racial um dos aspectos fundantes da questão social no país, e que a apreensão crítica dessa realidade é condição *sine qua non* para uma intervenção qualificada na atividade profissional em serviço social, a adoção do debate é imprescindível pelos assistentes sociais. Assim, nosso objetivo é proporcionar uma reflexão crítica que possa contribuir para o debate na profissão, dialogando e somando-se aos estudos existentes.

A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL

A contemporaneidade é marcada pela falência do modelo econômico vigente, cuja crise atingiu níveis intangíveis. Nesse contexto, emerge um conjunto de novas estratégias para sua sobrevivência, cujas medidas são duramente sentidas pelo conjunto de trabalhadores. A refração do Estado, o desmonte dos direitos sociais historicamente conquistados, a precarização das relações de trabalho e todas as consequências desses golpes, multifacetaram as expressões da *questão social* que se complexifica, apresentando novas configurações.

Após um longo período de crescimento econômico, a partir dos anos 1970, o capital começa a dar sinais de um quadro crítico, marcado pela queda da taxa de lucros, esgotamento do padrão fordista, hipertrofia da esfera financeira, crise fiscal do Estado keynesiano e insatisfações/manifestações da classe trabalhadora (Antunes, 2009). Este

[2/12]

O capital se reorganiza, tendo como norte a intensificação da esfera financeira. O capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais. Esse capital busca fazer dinheiro sem sair da esfera financeira, desconsiderando que o capital só se valoriza no processo produtivo. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros, interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos. Para isso, foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento dos capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros (Chesnais, 2005).

Mészáros (2007) apresenta que, longe de estarmos perante um novo processo, estamos diante de uma crise que, há algumas décadas, alcançou índices alarmantes, o que descortinou a existência de uma crise estrutural do sistema capitalista, cuja ofensiva para superá-la é duramente sentida pela *classe-que-vive-do-trabalho*. O abismo social existente entre as duas classes fundamentais do Modo de Produção Capitalista – MPC evidencia-se, através do aumento da pobreza, do desemprego, da precarização e informalidade nas relações de trabalho, nas políticas sociais empobrecidas, fragmentadas e residuais, dentre outros impactos sofridos duramente pela classe trabalhadora.

Conforme sinaliza Chesnais (2005), nos países periféricos e subordinados ao capitalismo central, o conjunto dessas expressões que conformam a ordem do capital em sua fase madura se reconfiguram ao fundir-se às particularidades da formação e desenvolvimento do MPC nesses Estados. No caso brasileiro, cujo processo de modernização conservadora é atravessado por relações de desigualdade, servidão, autoritarismo e dependência, cuja conquista de direitos se deu de maneira truncada e tardia e duramente marcado pela herança de regimes ditatoriais, as novas estratégias do capital fundem-se aos aspectos marcantes de nossa formação sócio-histórica, expressando particularidades e complexificando suas manifestações sofridas pelos trabalhadores brasileiros.

Nesse processo histórico, urge-nos destacar as marcas de mais de três séculos de escravidão na configuração das relações sociais no país, vale ressaltar, cuja população negra é a segunda maior do mundo, ficando atrás apenas da Nigéria. A desigualdade racial brasileira é evidenciada em todos os indicadores sociais, nos quais os negros ocupam as piores colocações comparadas aos brancos. A classe trabalhadora brasileira, desde seu processo de formação é marcada pela presença de negras e negros. A abolição, cujo marco é tido com a assinatura da Lei Aurea em 1888, foi necessária ao desenvolvimento do sistema econômico atual, que

[3/12]

precisava da transformação do escravo em trabalhador, deixando de ser meio de produção para ser vendedor de força de trabalho, conforme explicita Ianni:

No Brasil, logo após a abolição da escravidão, a ciência vem, especialmente com os eugenistas¹, validar a dominação racial propondo a superioridade dos brancos. Esses pensadores não apenas reproduziram as ideias racistas predominantes na Europa àquela época, mas tentavam adaptá-las para explicar a realidade brasileira de miscigenação racial.

Apesar de sua aparência democrática, a miscigenação incentivada no Brasil pela política de branqueamento, com o incentivo à entrada de imigrantes europeus, foi comparada, por Abdias Nascimento, ao genocídio dos judeus ocorrido na Alemanha nazista, porque tinham o mesmo objetivo: eliminar o elemento racial indesejado do seio da sociedade (Munanga, 2008).

Desse modo, verifica-se que mesmo com o fim da escravidão, os trabalhadores afrodescendentes permaneceram economicamente marginalizados e excluídos, uma vez que os postos de trabalho foram ocupados por estes imigrantes recém-chegados ao Brasil, que também obtiveram concessões de terras para viverem e produzirem.

Posteriormente esse paradigma é ressignificado com o trabalho de Freyre, “Casa Grande e Senzala”, produzido na década de 1930, que desempenhou um papel fundamental, pois, segundo Telles (2003), Gilberto Freyre popularizou a visão do Brasil como um país onde todas as raças convivem de forma tranquila, onde o senhor e o escravo possuíram relações harmônicas e onde a democracia racial é motivo de orgulho. O conceito de miscigenação é ainda mais enfatizado, mas torna-se uma característica nacional positiva e o símbolo mais importante da cultura brasileira.

É possível dizer que Freyre foi um dos que desenvolveram a ideia da democracia racial² no Brasil, difundindo a imagem de que as relações entre brancos e negros eram harmônicas, ou seja, que existia uma grande conciliação entre as raças. Essas ideias foram amplamente difundidas em nosso país, e ainda hoje se percebe que essas atravessam o

¹Eugenia: estudo das raças que inferiorizava ou superiorizava indivíduos baseando-se nas origens, no século XIX (Telles, 2003, p. 43).

²A ideia de que o Brasil era uma sociedade sem “linha de cor”, ou seja, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou a posições de riqueza ou prestígio, era já uma ideia bastante difundida no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, bem antes do nascimento da sociologia. Tal ideia, no Brasil moderno, deu lugar à construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais (Guimarães, 2003).

imaginário social, pois ainda é possível encontrar a reprodução desse discurso por indivíduos e também em alguns espaços institucionais.

Assim, quando a temática é o racismo no Brasil, há de considerar-se que lidamos com uma realidade cheia de peculiaridades. Não se poderia falar em raça ou racismo sem se considerar o regime de escravidão vigente durante séculos e a resistência negra a este regime, o processo colonial, a longa submissão à dominação de determinados grupos étnico-raciais e as especificidades do processo abolicionista, a instauração de uma república que deixou à margem a população negra liberta e que foi marcada por processos autoritários, os longos anos de ditadura militar e o processo de redemocratização construído arduamente através das lutas dos movimentos sociais.

Desse modo, é notório que a herança histórica e a ausência de ações que promovessem a ascensão da população negra no Brasil, após a abolição, muito contribuiu para a desigualdade racial presente. Assim sendo, fica evidente que é a população negra que sofre de maneira desproporcional os problemas sociais do país, tanto no meio urbano quanto no meio rural. A extinção do sistema escravocrata ocorreu sem que houvesse nenhum tipo de política reparadora ou indenizatória no país, e seus efeitos, mesmo após 125 anos de abolição, é rigorosamente sentido pelos afrodescendentes, penalizados cotidianamente pelas expressões do racismo estrutural brasileiro.

Contudo, desde as revoltas no período escravagista até o movimento negro contemporâneo e sua pluralidade de configurações, a população afrodescendente vem marcando a história com suas lutas sociais, cujas conquistas refletem-se, por exemplo, no conjunto de *ações afirmativas* implementadas no país desde a década de 1990, notoriamente a reserva de vagas no ensino superior e, mais recentemente, a *reserva de vagas em concursos públicos*. Sabemos que o debate acerca da adoção de tais políticas é polêmico, e que tampouco essas possuem a potencialidade de superação do sistema econômico atual, mas consideramos que existem questões, conforme Mezaros:

Do aqui e agora, que não podem esperar uma revolução.

Ainda que entendamos, dados os limites do nosso modelo de sociabilidade, que o combate à desigualdade racial por meio dessas políticas seja necessário, cabe ressaltar que seu impacto no cotidiano da população negra ainda está distante de promover a igualdade. Estudos de Tereza Martins (2012) constataam que ainda é este segmento que compõe

[5/12]

hegemonicamente a massa de trabalhadores na informalidade, desempregados e empobrecidos.

É possível citar ao menos dois aspectos que corroboram com as conclusões de Martins. Primeiro, podemos evidenciar os dados trazidos pelo Mapa da Violência (2012), que comprovam serem os jovens negros os mais atingidos por armas de fogo no país, muitas vezes operadas pelas mãos do próprio Estado, descortinando o processo de genocídio da juventude negra brasileira. A criminalização da pobreza e militarização da vida social, consequências da difusão da ideologia do medo, uma *das faces da barbárie contemporânea*, atingem violentamente os trabalhadores e trabalhadoras negros, jovens e moradores de periferia, marcados pelo estereótipo socialmente construído de fazerem parte das “classes perigosas”.

Um segundo aspecto pode ser vislumbrado ao somarmos o fator gênero ao racial. São as trabalhadoras negras o segmento mais pauperizado da população, que sofrem com a opressão de uma sociedade capitalista, racista, patriarcal e heteronormativa. No que tange ao mundo do trabalho, ocupam a base da pirâmide salarial e são maioria, por exemplo, no trabalho doméstico, composto em 65% por pessoas negras e em 95% por mulheres. O trabalho doméstico, marcado pela divisão sexual do trabalho operada desde os primórdios do capitalismo, sofre sistemática desvalorização, e que no caso brasileiro ainda carrega as marcas das relações sociais escravistas, intensificando a opressão de determinados segmentos, mesmo no interior da classe trabalhadora, como é o caso dos afrodescendentes.

Considerando os extremos de renda no país (IPEA, 2011), a desigualdade entre raças fica muito mais evidente. Enquanto o percentual de participação dos negros entre os 10% mais ricos se resume a 24% desse universo, entre os 10% mais pobres o percentual de participação da população negra é de 72%. Além disso, 76,2% dos domicílios urbanos localizados em favelas são chefiados por negros/as, ao passo que os chefiados por brancos/as resumem-se a 23,8%.

Por tudo isso, para situarmos o exercício profissional do assistente social no terreno brasileiro no contexto de crise capitalista, é imprescindível reconhecer a questão racial como importante aspecto do desenvolvimento da questão social no país, e cujas consequências são evidentes nos dias atuais, bem como reconfiguram-se com as estratégias do capital, relegando à esse segmento diversos de seus piores aspectos. Pensar em uma atuação em consonância com nosso projeto ético-político e que vislumbre a superação da ordem estabelecida por uma sociedade emancipada, requer do Serviço Social o reconhecimento da desigualdade racial

[6/12]

como interface da questão social, na qual somos solicitados a intervir, bem como do racismo como estruturante nas relações sociais estabelecidas na ordem do capital.

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL

O serviço social é uma profissão que tem na questão social a base de sua fundação. A necessidade social do assistente social está intrinsecamente associada ao movimento urbano de luta da classe trabalhadora, diante do pauperismo que advém com a consolidação do capitalismo, exigindo o reconhecimento dos seus direitos, por parte do Estado. As necessidades dos trabalhadores não podiam mais ser desconsideradas pelo Estado, por sua vez, responde pela via das políticas sociais. Tal pressuposto é fundamental para compreendermos a necessidade da questão racial perpassar a prática profissional do assistente social, no contexto brasileiro.

Tradicionalmente, o Estado é o maior empregador de assistentes sociais. De acordo com pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, em 2005, intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”, 78,16% dos assistentes sociais atuavam na esfera estatal. Cabe ressaltar que com o processo de descentralização político-administrativa colocado pela Constituição Federal de 1988, cada vez mais, esses profissionais se encontram inseridos na esfera municipal, com destaque para as políticas de saúde e assistência social.

Neste contexto, é importante compreender qual é a política social pública que o Estado tem desenvolvido, ao mesmo tempo, quem são os usuários dos serviços públicos. Assim, é possível pensarmos nos desafios postos à prática do assistente social em seu cotidiano profissional e sua interlocução com a questão racial.

A política social brasileira deve ser pensada em suas particularidades, sendo um país da periferia do capitalismo, como bem afirmam Behring e Boschetti (2011). O histórico das políticas sociais brasileiras é fortemente marcado pela presença do clientelismo; autoritarismo combinado com a expansão, ainda que limitada, de políticas sociais, na tentativa de retirar o caráter de conquista da classe trabalhadora; identificação popular com práticas populistas; presença da caridade e da filantropia, diante da omissão do Estado; alijamento das classes trabalhadoras das decisões políticas. Tal realidade aponta para um papel conservador da burguesia brasileira, que permanece até os dias atuais.

[7/12]

A legalidade da universalização dos direitos sociais, posta pela Carta Magna de 1988, confirma a fragilidade destes direitos, bem como o distanciamento entre o legal e sua real implementação. Assim, vivemos um momento de regressão de direitos, principalmente no âmbito do trabalho, e de expansão de algumas políticas sociais, com destaque para educação e assistência social, que ocorre de forma precarizada, seletiva e associada ao mercado ou a filantropia.

No âmbito da seguridade social, a mercantilização da saúde e previdência soma-se a expansão da assistência social, em um deslocamento da centralidade do trabalho.

Enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhe são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil. (MOTA, 2010, p.133-134)

Diante de um desmonte do equipamento público, o Estado garante o fortalecimento do setor privado ao precarizar o sistema público de saúde. Da mesma forma, o faz no âmbito da previdência social, através do fator previdenciário e da constante desvalorização da aposentadoria. Para aqueles que não têm condições de adquirir esses serviços no mercado, resta serviços públicos de péssima qualidade e a focalizada assistência social.

Tal realidade é capaz de apontar um quadro para os usuários dos serviços públicos, nos quais estão inseridos os assistentes sociais. Primeiro, é importante ressaltar que fazem parte da classe trabalhadora, entretanto, neste universo, é possível identificarmos outros recortes. Para traçarmos um cenário, utilizaremos do “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (2011), desenvolvido pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Os dados apresentados partem de estudos referentes ao período compreendido entre os anos de 1995 e 2009.

Considerando-se a desigualdade de renda no país, a pesquisa aponta que, em 2009, 35,2% dos municípios brasileiros eram chefiados por mulheres, sendo que, “a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$997 ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas R\$491” (IPEA, 2011, p.19). Os dados justificam a importância do público prioritário dos programas assistenciais serem as mulheres. O recorte de raça também é um fator importante para

[8/12]

compreender os usuários da assistência no Brasil. Dados de 2006 apontam que “70% dos domicílios que recebiam Bolsa Família eram chefiados por negros/as”(IPEA, 2011, p.25).

No âmbito educacional, nota-se uma ampliação do acesso, porém, com manutenção das desigualdades, que atinge de forma especial os negros, nordestinos e a população rural. Em relação à saúde, a pesquisa afirma que, em 2008, teve acesso ao SUS – Sistema Único de Saúde – 67% população negra e 47,2% da população branca. Os dados se invertem quando se trata de planos de saúde, que atingia 34,9% da população branca e apenas 17,2% da população negra.

Assim, é possível pensarmos, ainda que de forma superficial, quais são os usuários das políticas públicas de assistência social e de saúde (principais espaços sócio ocupacionais do serviço social), a partir de um recorte de renda, gênero e raça. Diante de um Estado descompromissado com as políticas sociais, vários dilemas perpassam o cotidiano do assistente social, que sofre os impactos da precarização enquanto trabalhador assalariado, mas também enquanto profissional cujo público-alvo compõe o grupo que vive, cotidianamente, a intensificação das expressões da questão social.

Raiquelis (2011, p.427) coloca a necessidade de se “problematizar a violação dos próprios direitos dos assistentes sociais, na relação com a violação dos direitos dos trabalhadores”. Assim, a alienação, a flexibilização, a precarização e perda de direitos incidem também sobre o assistente social.

As demandas postas ao exercício profissional do assistente social também precisam ser problematizadas. Guerra (2009) discorre sobre a importância do referencial crítico na reconstrução das demandas profissionais, que chegam mediatizadas pela instituição – “é sua ‘missão’, são suas metas, seus objetivos, seus interesses que formatam as demandas institucionais postas como demanda à profissão” (GUERRA, 2009, p.81). Reconhecer o caráter contraditório destas demandas que advêm das necessidades das classes subalternizadas, mas mediatizadas pelos interesses institucionais, é fundamental para que o assistente social possa reconfigurar estas demandas no sentido de atender aos reais interesses dos usuários. Além disso, coloca-se como fundamental a percepção profissional de que a demanda que leva o usuário até a instituição nem sempre é a sua demanda real, cabendo ao assistente social buscar captar as necessidades da população para além do imediato.

Além disso, o formato das políticas sociais, na atualidade, tem conduzido a prática profissional para um viés mais burocratizado e quantificado, sendo avaliada de acordo com o

[9/12]

cumprimento de metas e resultados. Diante de demandas rotineiras, repetitivas, a prática se torna pragmática, limitando o caráter socioeducativo do exercício profissional.

Tal realidade coloca a necessidade de qualificar as respostas profissionais diante das expressões da questão social. Uma das questões postas ao assistente social refere-se à articulação teoria e prática. O profissional precisa apropriar dos conhecimentos teóricos de forma a compreender as diferentes mediações que perpassam as relações sociais nas quais está inserido. Só assim, o profissional pode se posicionar criticamente diante dos ditames governamentais, da organização das políticas sociais, das demandas que são colocadas como competência profissional e até mesmo diante da sua própria prática.

A compreensão dessas relações ganha vida quando o assistente social utiliza do seu conhecimento para qualificar sua prática profissional. Sistematizar a prática profissional, fortalecer a relação com os usuários, socializar informações, colocar-se criticamente diante das ações governamentais, lutar pela universalização dos direitos sociais são alguns caminhos a serem colocados como direcionamento da prática. São aspectos gerais da prática profissional, mas que no contexto brasileiro, precisam ser considerados associados à questão racial.

CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL TENDO COMO NORTE A QUESTÃO RACIAL

Diante da interlocução realizada, no decorrer deste artigo, entre políticas sociais, usuários dos serviços públicos e a prática profissional do assistente social, cabe-nos apontar algumas indicações para o exercício profissional, considerando-se a dimensão racial.

Um primeiro aspecto a ser colocado refere-se ao reconhecimento da desigualdade racial, por parte dos assistentes sociais. Em pesquisa realizada por Eurico (2013), a autora busca investigar sobre a percepção de assistentes sociais acerca da questão racial, em que se verifica uma visão distorcida acerca do racismo no interior da sociedade. Tal fato pode ser explicado, entre outros motivos, pelos poucos estudos, no âmbito do Serviço Social, sobre a questão étnico-racial brasileira.

É preciso interpretar a realidade na qual o profissional está inserido criticamente, compreender a formação sócio histórica brasileira, o que aponta para a necessidade de se considerar as relações raciais – desigualdade, racismo, preconceito. Com esta compreensão, o

[10/12]

assistente social buscachaves para compreender quem é o usuário de suas ações e suas reais demandas.

Além de conhecer a história racial brasileira, de forma a realizar orientações e encaminhamentos adequados, é necessário viabilizar o acesso dos usuários negros aos direitos e políticas públicas universais, mas também as destinadas a este público. Eurico (2013, p.307) aponta, ainda, para outras possibilidades:

(...)a proposição de ações que efetivem a inclusão do quesito raça/cor nos instrumentos utilizados com a consequente interpretação dos dados; a desconstrução dos estereótipos ainda presentes no exercício profissional que, via de regra, desqualificam a população negra.

É preciso estar atento à naturalização da desigualdade racial e a culpabilização da população negra por sua condição. Encontros, grupos, palestras, fóruns que debatam sobre as relações étnico-raciais, configuram-se em espaços em que o assistente social tem a possibilidade de fortalecer a dimensão socioeducativa da profissão e colocar a necessidade de fortalecimento e ampliação dos direitos.

Considerar nos atendimentos, nos encaminhamentos, nas orientações a dimensão racial, em busca de respostas profissionais qualificadas diante das condições a que são submetidos os negros na contemporaneidade. Diante do acirramento da questão social e do papel minimalista do Estado, cabe ressaltar o estudo realizado por Martins (2012, p. 451), ao afirmar que, “independe de requisitos como qualificação e escolarização da força de trabalho, ainda assim observa-se que o desemprego, as ocupações precárias e informais têm afetado mais os trabalhadores negros do que os brancos”.

Por fim, fortalecer a sociedade civil organizada é algo posto pelo Código de Ética do Assistente Social (1993). O desafio profissional passa por entender que os diferentes movimentos precisam ser fortalecidos, sem desconsiderar suas particularidades, mas também, na luta por um projeto comum da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da profissão em Serviço Social cujo direcionamento seja coerente com o projeto ético político profissional, demanda do assistente social apreensão crítica da realidade, bem como capacidade de articulação da totalidade das relações sociais com o cotidiano dos

[11/12]

indivíduos, que diariamente buscam seus serviços. Situando o Serviço Social no contexto brasileiro, é possível afirmar ser fundamental o conhecimento da questão racial no Brasil e todos os seus rebatimentos ainda persistentes na contemporaneidade.

Se nossa atuação deve se pautar pelo posicionamento a favor da classe subalterna e ter como norte a emancipação humana de todos os indivíduos, contribuir para a consolidação da cidadania dos indivíduos e combater o racismo e a desigualdade racial é parte fundamental desse projeto, que visa a construção de uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]. – Brasília: CFESS, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ivanete, BOSCHETTI. **Política social**: fundamentos e história. – 8.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. In: Serviço Social e Sociedade. – n° 114 – São Paulo: Cortez, abr./jun. 2013.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento. / Myrian Veras Baptista, Odária Battini. – São Paulo: Veras Editora, 2009.

MARTINS, Teresa Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. In: Serviço Social e Sociedade. – n° 111 – São Paulo: Cortez, jul./set. 2012.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. Ana Elizabete Mota (organizadora). – 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**. N° 107. São Paulo: Cortez, jul./set. 2011.

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.